



JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

Isabel Loureiro (UNESP)

Em junho de 2013, as gigantescas manifestações que tomaram conta das principais cidades brasileiras produziram o mais importante capítulo da história das lutas no país nos últimos 20 anos. Resta entender por que um protesto contra o aumento de vinte centavos na tarifa de transporte em São Paulo, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL) repetindo o que sempre fizera em anos anteriores, obteve tamanha repercussão que, em 14 dias, abarcou o país inteiro e terminou vitorioso.

20 centavos: a luta contra o aumento, diferentemente das publicações voltadas à análise pura e simples dos acontecimentos, dedica-se a um relato dos embates políticos diários em São Paulo, a partir de documentos, lembranças dos participantes e entrevistas com os principais protagonistas – Movimento Passe Livre (MPL), prefeitura [PT] e governo do Estado de São Paulo [PSDB], polícia militar, meios de comunicação, PT, poder legislativo. A narrativa começa no dia 6 de junho e termina no dia 19, quando é anunciada a redução da tarifa.

Diferentemente da grande mídia, para quem as manifestações eram um raio em céu azul, Marcelo Pomar, na Introdução, aponta as condições subjetivas e objetivas que contribuíram para esse desenlace. Em primeiro lugar, o processo de constituição e

desenvolvimento do MPL. Com quase 10 anos de experiência em manifestações de rua e sólido trabalho de base em escolas secundárias, o movimento é formado por jovens que, articulando-se em rede e dominando as novas tecnologias, rejeitam a disputa por espaços no poder de Estado e atuam em âmbito municipal. Desde 2005, momento de sua fundação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o MPL adotou os princípios em vigor até hoje: autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo, até adotar como bandeira de luta a tarifa zero nos transportes coletivos urbanos, proposta de um antigo secretário de transportes do PT.

Em segundo lugar, não podemos esquecer um conjunto de condições objetivas, sem as quais nada disso teria acontecido. As cidades brasileiras, fortemente marcadas pela desigualdade, obrigam os pobres a morar em periferias distantes carentes de serviços públicos e a usar o transporte coletivo para chegar ao trabalho e ao lazer. No caso de São Paulo, o transporte público é tratado como interesse privado: o poder público cede o direito de exploração a empresas que financiam campanhas eleitorais para, em troca, continuarem donas das concessões. Finalmente, uma crise de mobilidade urbana, provocada ultimamente pelos incentivos fiscais do governo federal à indústria automobilística, o que levou à compra de automóveis em prestações e a um congestionamento das cidades ainda maior.

A segunda parte do livro faz a crônica desses 14 dias memoráveis, o grande mérito dos autores consistindo, entre outras coisas, na escolha das fontes primárias. Numa narrativa apaixonante, exibem o tabuleiro de xadrez em que se movem as forças políticas locais e nacionais e expõem em toda a sua crueza o arraigado conservadorismo da imprensa brasileira, escrita e televisiva, a truculência da polícia militar, a inabilidade política do prefeito e do governador de São Paulo que, até o último momento, se opõem à revogação do aumento, o senso de oportunidade do MPL, sua lucidez tática e estratégica. Em vez de juízos de valor, os Autores optam por dar voz aos atores, deixando que o leitor tire suas próprias conclusões. O livro torna-se assim um documento valioso para compreender e avaliar os protestos de junho de 2013.

O que chama a atenção nessa crônica vertiginosa é a guinada que se opera na cobertura e no discurso da mídia a partir de 13 de junho. Até então, esta havia desqualificado o MPL, alegando ser formado por estudantes e punks, ligados a pequenos partidos de esquerda radicais; que a redução da tarifa não fazia sentido uma vez que o aumento era abaixo da inflação; e por fim, que os manifestantes recorriam à violência e ao vandalismo. A indiscriminada repressão policial do dia 13, atingindo inclusive vários jornalistas, levou a imprensa a defender o direito de manifestação, a deixar de identificar o movimento com os partidos de extrema-esquerda e a acreditar que o motivo real dos protestos não eram os 20 centavos mas uma insatisfação generalizada com a situação do país. “Corrupção, gastos com a Copa do Mundo e Olimpíadas, além de saúde e educação, definitivamente disputam com a questão das passagens nos transportes públicos a proeminência no ‘discurso manifestante’.”

No dia 17 de junho, o maior ato realizado até então reúne mais de 100 mil pessoas. Essa adesão massiva surpreende todo mundo, inclusive os organizadores. Nesse dia, não só São Paulo parou, como centenas de milhares de manifestantes saíram às ruas em diversas cidades do país, superando as expectativas de todos. O aumento dos protestos, no entanto, introduziu ambiguidades. A ampliação da pauta, além de um certo tom nacionalista na ideia do gigante que acordou, sugere que o tom mudou. Por sua vez, o MPL continua reafirmando que a luta é pela redução da tarifa, que essa é a única pauta que estão dispostos a negociar, caso contrário continuarão nas ruas. Seus argumentos são irrefutáveis ao questionarem a prioridade do investimento em transporte no Brasil, doze vezes maior no privado que no público.

No dia seguinte, o MPL, para grande surpresa do prefeito, consegue apoio inclusive de alguns de seus assessores. Um deles lembra que, segundo o planejamento de 1970, deveriam existir 400 km de linhas de metrô e há apenas 90! O prefeito, no entanto, continuando a encarar a questão de um ponto de vista contábil, argumenta que a redução da tarifa tirará recursos da educação e da saúde. À tarde, a presidente Dilma Rousseff, pela primeira vez, se pronuncia sobre os protestos. No final do dia começa o sexto grande

ato, que acaba em violência. Novamente a imprensa condena os vândalos e apóia os manifestantes pacíficos que se justificam por lutarem contra as eternas mazelas do país. Mas por que essa situação não gerou protestos anteriormente? Uma possível resposta é que o PT, chegando ao poder, anestesiou os movimentos sociais, dificultando perceber que mesmo tendo melhorado, o Brasil continua péssimo. Ou talvez Facebook e Twitter tenham facilitado a comunicação.

No dia 19, em coletiva de imprensa no começo da tarde, o prefeito reafirma que não revogará o aumento. Porém, um telefonema do prefeito do Rio comunicando negociações com o governador para baixar a tarifa e evitar uma grande manifestação no dia seguinte leva os governantes de São Paulo a aceitarem finalmente a revogação do aumento. O anúncio é feito pelo governador no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado, e televisionado ao vivo para todo o país. Os autores concluem que essa foi “uma das mais importantes conquistas do movimento social brasileiro desde o fim do regime militar”. Contra negociações de gabinete e disputa por espaços de poder – em que os movimentos sociais tradicionais estão enredados –, ficou claro que a ação direta pode conduzir à vitória.

O livro termina com um ensaio de Pablo Ortellado interpretando a narrativa que acabamos de ler. Num pequeno histórico dos movimentos sociais desde os anos 1970, lembra que estes viveram muito tempo na tensão entre processo e resultado, valorizando mais a horizontalidade, a democracia direta, a criatividade das ações, o radicalismo dos princípios e menos os resultados práticos da ação política. No seu entender, o MPL teria avançado em relação a esses movimentos na medida em que, “com profundo sentido de tática e estratégia”, conseguiu combinar “processo e resultado na luta contra o aumento”. O MPL compreendeu que, para ser vitorioso, devia focar-se numa única demanda – no caso de São Paulo, a redução de 20 centavos na tarifa –, além de negociar com o poder público, sem que nada disso o levasse a perder o radicalismo. “A dupla vitória de reduzir o custo das passagens e trazer para a centralidade do debate político a tarifa zero por meio de uma ação autônoma com uma estratégia clara é o mais importante legado dos protestos de junho.

Ele não é apenas um novo paradigma para as lutas sociais no Brasil, mas um modelo de ação que combina a política horizontalista e contracultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia.”

Depois da revogação do aumento da tarifa em São Paulo várias cidades brasileiras fizeram o mesmo. Além disso, por um breve instante, o fosso existente entre os políticos e a sociedade parecia ter diminuído. Ilusão passageira. Os protestos contra a privatização do Estado e pela ampliação de direitos continuam com frequência cada vez maior, impulsionados pela intensa energia gerada em junho de 2013. É provável que em junho de 2014, durante a Copa do Mundo, as manifestações voltem à ordem do dia. Esse é o temor dos governantes que tentam fazer aprovar uma intolerante lei “anti-terrorismo” no intuito de calar as manifestações de rua.

